A CONTRIBUIÇÃO DA PARCERIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO NA FORMAÇÃO DOS SARGENTOS POLICIAL MILITAR SOB O OLHAR DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

NASCIMENTO, Ademar do1

RESUMO: Este artigo procurou sintetizar a análise da contribuição da parceria da Universidade Federal de Mato Grosso, no processo de ensino policial militar, na formação dos Sargentos PM do ano de 2004, além de verificar a prática do cotidiano na Policia Militar a partir da realização do Curso, sob o olhar da sociedade contemporânea. A pesquisa procurou identificar com os pesquisados o conhecimento adquirido, o relacionamento interno e externo, os problemas existentes, as mudanças decorrentes, a visão de cada um, bem como, a importância da continuidade desse processo, objetivando proporcionar aos Sargentos PM os conhecimentos básicos necessários ao desempenho de suas funções, sendo altamente avaliada como positivo pelos egressos, onde se mostraram satisfeitos com o aprendizado, com o relacionamento e que assimilaram as mudanças decorrentes desse novo processo de formação.

Palavra-chave: Contribuição — Universidade Federal de Mato Grosso — Curso de Formação de Sargentos PM.

RESUME: This article seeked to synthetize the analysis of the contribution of the Mato Grosso Federal University in the Education Process of Military Police, in the forming of the Sergeants – Military Policeman – of the year 2004, beyond to verify the practice of the day

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no posto de Capitão PM

⁻ Comandante da Cia Comunitária do Bairro Jd. Vitória

Graduado no Curso de Formação de Oficiais, pela APMCV, Especialista em Gestão de Segurança Pública

⁻ UFMT/PMMT, E-mail: pmademar@gmail.com

by day in the Military Police with the realization this course, through the view of the contemporary society. The research seeked to identify with the researchers the acquired knowledge, the internal e external relationship, the existing problems, the process changings, the view of each one, beyond the importance of the continueted of this process, with the objective to proporcionate to the Sergeants – Military Police – the basics knowledge to the performance of your functions, been available like positive by the same, where they were satisfied with the apprenticeship, the relationship and that assimilated the existing changings of this new process of forming.

KEY-WORD: Contribution – Mato Grosso Federal University – Course Forming of the Sergeants Military Policeman

INTRODUÇÃO:

Atualmente existe na sociedade brasileira um processo na área de segurança pública ainda não devidamente captado e analisado. É um processo rico e promissor que aponta para a efetivação de mudanças qualitativas nas organizações policiais em nossa sociedade, mudanças essas que dizem respeito à consolidação de nossas instituições democráticas. Estamos nos referindo à proliferação de parcerias entre as organizações policiais e as universidades, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais.

Nos últimos anos programas de treinamento e de formação de policiais têm sido empreendidos não mais sob o monopólio das respectivas academias de polícia, mas envolvendo a participação decisiva de entidades que compõem o ambiente social destas organizações. Não constitui mais novidade o fato de que a definição de conteúdos programáticos, de procedimentos pedagógicos e a própria realização de aulas resulte da inserção de atores externos ao trabalho policial. Convênios têm sido estabelecidos para viabilizar uma divisão de atribuições entre as academias de polícia e as organizações parceiras, sendo que estas últimas têm assumido uma importância cada vez maior no processo decisório dos programas de formação e treinamento.

Por acreditarmos que uma boa formação profissional é fundamental para o fortalecimento das instituições militares, resolvemos analisar o processo pioneiro ocorrido em nossa Instituição com formação de Sargentos PM no campus da UFMT no ano de 2004, bem como, a importância da continuidade desse processo, interagindo com a comunidade acadêmica e o meio social, observando as mudanças decorrentes desse novo processo.

A FORMAÇÃO POLICIAL NO BRASIL

A formação dos integrantes das Polícias Militares historicamente seguiu um modelo eminentemente militar, constando no currículo apenas noções de Direito, com algumas poucas dezenas de horas-aula, geralmente suplantadas por disciplinas como guerra revolucionária, segurança física de instalações, cartografia, dentre outras de perfil essencialmente militar.

Já as poucas atividades de policiamento ostensivo e de polícia judiciária eram exercidas pelas polícias civis e guardas municipais, o que não as impediu de, nos momentos de exceção, serem utilizadas como instrumento de ação política do Estado.

Com o advento do Decreto-Lei 317/67, as polícias militares passaram a ter a atribuição do policiamento ostensivo fardado, bem como o ensino para essas instituições começou a ser padronizado em todo o Brasil, orientado e fiscalizado pelo Ministério da Guerra, por intermédio da recém-criada Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM).

A partir da edição do Decreto-Lei no 667/69, todas as atividades das Polícias Militares do Brasil passaram a ter o crivo do Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares. Também, no mesmo ato, são reorganizadas as corporações militares estaduais, as quais detinham a exclusividade no policiamento ostensivo.

No início da década de 80, o ensino e a instrução ainda eram orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por força do Decreto no 88.777/83, porém, com orientação formal para a atividade de policiamento, inclusive tendo de submeter os

currículos dos diversos cursos à aprovação desse Ministério, através da IGPM10, persistindo a ideologia da segurança interna até o fim da década de 80, particularmente até o advento da Constituição Federal de 1988, assim descrito por Jorge da Silva².

Na Escola Superior de Polícia Militar (ESPM) do Rio de Janeiro, por exemplo, até o ano de 1984, os assuntos policiais comuns eram tratados na disciplina de Segurança Interna II, sendo a cadeira de Segurança Interna I destinada à segurança interna propriamente dita.

Com a Carta Magna de 1988, em que pese seu conteúdo intensamente democrático, a Segurança Pública passou a ser tratada no título referente à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, juntamente com as Forças Armadas.

No referido título, as diversas polícias foram elencados no art. 144 da Constituição Federal, posicionando-se formalmente como tutoras da democracia brasileira, numa concepção equivocada, mas verdadeira para seus integrantes, pois, numa democracia moderna, sua verdadeira tutela está na sociedade, que a exerce pela participação, seja direta ou representativa.

O texto constitucional de 1988 passou a ter em seu bojo todas as polícias públicas existentes e manteve a destinação das Polícias Militares como força auxiliar e reserva do exército, situação desta última existente desde a Constituição de 1934.

Essa função dúplice, numa conformidade de que "toda polícia, como Janus, tem duas faces: uma voltada para a sociedade civil, a outra, voltada para o Estado" ³ conduziu as polícias, mais particularmente as militares, a uma crise de identidade, pois, apesar de o Exército ter se retirado do ensino ministrado e os currículos, principalmente o de oficiais, passarem a priorizar disciplinas jurídicas, a ideologia reinante nas academias manteve a essência militar e total das relações entre o corpo dirigente do estabelecimento de ensino e os policiais em formação.

² SILVA, op. cit. p. 182

³ MONET, Jean-Claude. Polícias e Sociedades na Europa. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2001. p.104

Aliás, o modelo militar de ensino, ao estilo "instituição total", difundiu-se nas demais polícias de natureza civil, pela intensa ingerência proporcionada pelos Secretários de Segurança Pública, devido ao fato desses cargos terem sido ocupados, quase que exclusivamente, por oficiais do Exército durante o período militar, como já visto.

Com os indicadores de violência crescendo a cada ano, as polícias mantiveram seus modelos curriculares nas décadas de 80 e 90, nas quais pese a intensa participação na formação da elite dirigente policial de professores das diversas universidades públicas, tanto estaduais quanto federais, e a crescente integração de disciplinas jurídicas nos currículos.

O modelo de formação adotado promoveu um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e usou essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens.

Lançado ao serviço e à própria sorte após o período de alguns meses de formação, em que foi ministrada intensa carga horária de Direito bem como de outras disciplinas mais específicas do seu trabalho, o policial se depara abruptamente com um universo social corrupto, ditado pelo cotidiano de seu trabalho contra os criminosos, levados em consideração segundo a corrente criminológica positivista, pois "Só uma polícia venal, submissa ao jogo das pressões, atrabiliária, preconceituosa convém ao sistema" ⁴.

O pessoal policizado, além de ser selecionado na mesma faixa etária masculina dos criminalizados, de acordo também com um estereótipo, é introduzido em uma prática corrupta, em razão do poder incontrolado da agência da qual passa a fazer parte e é treinado em um discurso interno moralizante e com uma prática interna corrupta⁵.

⁴THOMPSON, Augusto F.G. **Reforma da polícia: missão impossível**. Revista do Instituto Carioca de Criminologia – Discursos Sediciosos, n.o 9 e 10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. p. 247.

⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal. Tradução Vânia Romano Pedrosa, Almir Lopez da Conceição. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 138.

O policial, já no período de formação, recebeu o treinamento padrão institucional enclausurado numa sala de aula ou num laboratório que pouco reproduz as práticas futuras, assimila rapidamente os postulados reais da instituição, transmitidos pelos colegas mais antigos, fragilizado pela situação de anomia⁶ com que se depara. "É muito difícil, com efeito, inculcar no jovem policial hábitos opostos aos que lhe recomendam seus colegas antigos quando ele chega a um serviço." ⁷

Assim, passa o policial a adotar uma cultura do pragmatismo e do estereótipo do policial de rua experiente, como forma, inclusive, de autoproteção, devido a sua possibilidade de criminalização por eventual erro ou excesso durante suas atividades, pois, a qualquer momento, poderia vir a ser objeto de pesada censura por parte dos escalões superiores.

Devido ao crescente alarme acerca do aumento da criminalidade, particularmente quanto àqueles crimes mais noticiados pela mídia, o Presidente da República, em 20 de julho de 2000, editou a Medida Provisória nº 2029, posteriormente convertida na Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que criou o Fundo Nacional de Segurança Pública. Concomitantemente o Chefe do Executivo Federal criou o Plano Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, ambos no âmbito do Ministério da Justiça.

Com a nova estrutura, o Governo Federal passou a integrar-se às ações de segurança pública, particularmente no reequipamento, treinamento e qualificação das polícias estaduais e guardas municipais, criação de sistemas de informações e estatísticas policiais, implementação de programas de polícia comunitária e modernização de polícia técnica e científica.

Nesse novo modelo proposto, o enfoque do ensino pretende ser a garantia dos direitos do cidadão, sugerindo às unidades federativas um complexo currículo de formação composto por uma base comum, dividida em três áreas de estudo e vinte e nove disciplinas, das quais

⁶Anomia significa ausência de normas, mas também desorganização social por incapacidade das normas serem eficazmente impostas às condutas. CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da Reação Social. Tradução Estér Kosovski. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1983. p. 23

⁷ MONET, op. cit., p. 301.

somente nove da área jurídica, com carga horária a ser determinada por cada ente federativo.

A partir da análise do perfil das temáticas centrais, o projeto pedagógico do novo policial, paradoxalmente à estrutura curricular complexa, ainda permanece direcionando seus esforços para a formação do policial aplicador da lei, desconhecendo a dimensão política da atividade que transcende tal desiderato.

Baseando as atividades policiais na lei, a formação do policial tem suas matrizes pedagógicas direcionadas, quase que exclusivamente, para os comportamentos criminais, contrariando a realidade em que as polícias modernas são empregadas nas mais diversas atividades de assistência à população.

A posição do policial aplicador da lei é, de certa forma, uma concepção positiva, no sentido de representar uma evolução rumo ao desfecho de uma polícia democrática, mas não plenamente adequada como já afirmado.

O conservadorismo das instituições policiais, resultado do seu fechamento para as mudanças sociais, tem as impelido às ações de matriz etiológica positivista, reforçadas pelo movimento de Lei e Ordem, cuja orientação confere aos aparatos policiais certa legitimação do agir diante das demandas sociais por segurança.

Nesse sentido, "os Estados e suas polícias ameaçam preparar o terceiro milênio com esquemas intelectuais do século XIX." 8

Essa ameaça somente tende a afastar-se à medida que as universidades brasileiras, principalmente as públicas, permitam-se interagir com as academias de polícia de uma forma mais efetiva, suplantando o caráter de instituição total das unidades de formação policial, a fim de possibilitar a produção de um saber policial cuja ideologização emane da sociedade civil e produza uma real mudança nas estruturas policiais, às quais deveria estar intrinsecamente ligado o ensino policial.

O principal obstáculo para traduzir à retórica da mudança para a realidade policial é a insensibilidade das organizações policiais na sua resistência à mudança e sua

⁸ MONET, op. cit., p. 335.

capacidade de minimizar e, eventualmente, anular os movimentos a favor da reforma. A indicação mais óbvia dessa insensibilidade à mudança é o caráter duradouro da tecnologia central do policiamento – serviços básicos de patrulhamento e investigação criminal – uma tecnologia que evoluiu de modo insignificante na última metade do século.

Ademais, os policiais que hoje ocupam altos comandos nas instituições policiais militares e civis brasileiras tiveram seu período de formação básica realizado durante a primeira metade da década de 70, período mais duro do governo militar, em que vigorava a orientação da defesa interna e o combate ao inimigo interno manifestado pela ameaça do comunismo.

Tais dirigentes impõem à estrutura hierárquica um modo de agir ultrapassado, mas adequado as suas formações iniciais, dificultando ainda mais quaisquer processos de mudança.

Por derradeiro, é preciso ter a consciência de que não são somente novos projetos pedagógicos, novos currículos ou novos investimentos que propiciarão um policial brasileiro mais adequado à sociedade democrática, mas é necessária uma nova espécie de policial, bem como um novo tipo de comando. Nesse sentido, devido a verticalização das estruturas policiais, também a renovação dos seus quadros se mostra como medida imperativa diante das possibilidades e necessidades de mudanças, pois, no fundo, o que ocorre é que o problema da polícia é institucional e eis aí o maior dos desafios, mudar as instituições, manifestadas pelos seus integrantes, suas culturas, bem como suas histórias como organizações voltadas eminentemente para o reforço da estrutura de poder existente.

⁹ BRODEUR, Jean-Paul. Como Reconhecer um Bom Policiamento: Problemas e Temas Tradução Ana Luíza Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 20.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NA PMMT

DATA	DENOMINAÇÃO	FUNÇÃO	LOCAL
1918-1919	Escola Regimental de Força Pública	Educação intelectual e cívica ao soldado	1º BPM
1937-1946	Escola Regimental	Formação de Oficiais, Sgt e Cb	DF, SP e MG
1950-1960	Centro de Instrução Militar – CIM	Instrução da tropa e formação de oficiais e praças	1º BPM
1961-1965	Centro de Instrução Militar — CIM	Formação de Praças	1º BPM
1973-1977	CFAP	Formação de Praças	1° BPM
1977-1979	Centro de Instrução Militar	Suprir quadro de praças e treinar o efetivo	Batalhão de Rosário Oeste
1979-1993	CFAP/VG	Formação de praças e estágio para oficiais	Várzea Grande -
1984	CFSdFem	Formação do corpo feminino da PM	atual APMCV Várzea Grande –
1986	Escola de 1º Grau da PMMT	Atende filhos de militares e civis	atual APMCV 1° BPM
1987-1994	APM	Período de ativação	
1994	APMCV	Ativação	Várzea Grande
1994	Escola de 1º e 2º Graus da PMMT	Atende filhos de militares e civis	Várzea Grande 1º BPM
1998	CFAP/CPA	Formação de Praças	25.
2002	Escola Tiradentes	Atende filhos de militares e civis	CPA CPA
2002	ADESG/DE	CAO/1ª Turma	Escola de saúde/Escola do servidor público
2003	SEJUSP/UFMT	CAO/2ª Turma	UFMT
2004	SEJUSP/UFMT	CSP/1ª Turma	
2005	SEJUSP/UFMT	CAO/3ª Turma	UFMT
		ortoro ruma	UFMT/APMCV

Fonte: Adaptado de Lima Junior, Ernesto Xavier. O Sistema de Ensino da Polícia Militar de Mato Grosso – CIEPMMT – Várzea Grande:APMCV, 2005. 54p.

ANÁLISE DOS PARADIGMAS DAS UNIVERSIDADES

Há muitos anos, vem desenvolvendo no Brasil uma nova relação, e importante, entre a polícia e as instituições de educação superior. Centenas de faculdades e universidades criaram programas de estudos para o pessoal da polícia, e neles se matricularam milhares de policiais e pessoas que aspiravam a uma carreira no policiamento. Além disso, espera-se que as instituições de ensino superior contribuam para desenvolver a futura liderança no campo policial, e envolvam-se na pesquisa para ajudar a polícia a encontrar respostas melhores para alguns dos problemas com que rotineiramente deve lidar. Somadas, essas dimensões e mais o movimento, amplo e total, para aumentar o número de formados em faculdades nos empregos da polícia, garantem o exame em separado, da educação superior no que ela se relaciona ao policiamento.

Atualmente existe um processo em curso na sociedade brasileira na área de segurança pública ainda não devidamente captado e analisado. É um processo rico e promissor que aponta para a efetivação de mudanças qualitativas nas organizações policiais em nossa sociedade, mudanças essas que dizem respeito à consolidação de nossas instituições democráticas. Estamos nos referindo à proliferação de parcerias entre as organizações policiais e as universidades, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais.

Nos últimos anos programas de treinamento e de formação de policiais têm sido empreendidos não mais sob o monopólio das respectivas academias de polícia, mas envolvendo a participação decisiva de entidades que compõem o ambiente social destas organizações. Não constitui mais novidade o fato de que a definição de conteúdos programáticos, de procedimentos pedagógicos e a própria realização de aulas resulte da inserção de atores externos ao trabalho policial.

Convênios têm sido estabelecidos para viabilizar uma divisão de atribuições entre as academias de polícia e as organizações parceiras, sendo que estas últimas têm assumido uma importância cada vez maior no processo decisório dos programas de formação e treinamento.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS E EFICIÊNCIA NA ATIVIDADE POLICIAL

Entendemos que o desafio das parcerias é ainda maior se considerarmos o contexto de democratização da sociedade brasileira que, por sua vez, tem acentuado num ritmo intenso, e desejável, as restrições ao trabalho policial. Atualmente, na sociedade brasileira, não é mais possível 'fazer polícia' como se fazia até fins da década de 80. Os próprios policiais reconhecem isso e o afirmam corriqueiramente nas salas de aula. Há uma certa perplexidade nas bases das polícias brasileiras que estão se sentindo cada vez mais restringidas em sua capacidade de lidar de modo eficiente com a criminalidade, utilizando o saber prático e convencional. Há uma sensação generalizada de imobilismo e conseqüente perda de eficiência entre os policiais.

As universidades e as organizações não-governamentais podem contribuir decisivamente neste processo. O desafio da construção de polícias mais eficientes é também conjunto. Não diz respeito apenas às polícias. Não é simplesmente uma questão de técnica policial que deva ficar restrita aos profissionais da área. As parcerias até então estabelecidas têm amplas condições de avançarem nesse sentido. A universidade não é detentora deste novo saber policial. Não cabe a ela a pretensão ou a expectativa de oferecê-lo pronto e acabado como um pacote.

Entendo que a tarefa envolve um esforço conjunto, compartilhado que implique a possibilidade de viabilizar a combinação do conhecimento prático dos policiais e o conhecimento teóricocientífico da academia. Duas experiências em andamento no Brasil sinalizam para a viabilidade prática do que está sendo defendido aqui: (a) a parceria entre a UFMG e a PMMG no sentido de construir novos métodos de policiamento ostensivo com base em modelos de georeferenciamento, mais particularmente através da maximização do uso das informações criminais no planejamento das atividades policiais e na distribuição dos recursos humanos e materiais da organização; (b) o curso de formação em direitos humanos oferecido pela Cruz Vermelha Internacional que dissemina o ideário dos direitos humanos combinado a metodologias práticas de intervenção e abordagem policiais. Em outras

palavras, o curso alia a formação normativa à dimensão técnica do fazer pólicial.

Por fim, acreditamos que estamos diante de uma tarefa instigante na sociedade brasileira e que é parte integrante da consolidação das instituições democráticas. Permito-me dizer que a sociedade brasileira ainda está por efetivar seu processo civilizador, principalmente no que diz respeito ao uso devido da violência monopolizada pelo Estado. Já conseguimos alguns avanços. É importante reconhecê-los e torná-los públicos. Mas há muito ainda o que fazer. Não se deduza da análise acima empreendida o desconhecimento das dificuldades envolvidas na consolidação destas parcerias. Conflitos intermitentes e descontinuidades são características que em maior ou menor grau afetam as mais diversas experiências aqui delineadas. A despeito disso, minha expectativa é a de que este processo de mudança continue se fortalecendo, demarcando um avanço institucional irreversível na sociedade brasileira.

O POTENCIAL DE CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS DAS UNIVERSIDADES

As faculdades e Universidades obviamente têm um papel importante, também, em conduzir pesquisas relacionadas aos problemas da polícia e o foco principal deste capítulo com certeza será o uso da educação em faculdade para atualizar o efetivo das polícias. De fato, sua capacidade de oferecer qualquer instrução diretamente relevante para o policiamento vai depender, em grande medida, de suas contribuições de pesquisa.

Mas, assim como as corporações policiais têm sido lentas para fazer uso das pessoas com formação superior, os acadêmicos têm sido lentos em se interessar pela polícia e seus problemas. Em retrospecto, parece surpreendente que esse vasto setor da atividade governamental, que afeta diretamente a qualidade de vida nos Estados Unidos e levanta questões tão complicadas, tenha sido negligenciado por tanto tempo pelas universidades, cujas pesquisas, ensino e serviços tocam quase todos os aspectos de nossas vidas.

Vários fatores contribuem para essa situação e obviamente o conflito entre o caráter aberto e flexível das universidades e o caráter

fechado, rígido e sigiloso das organizações policiais. O questionamento e posicionamento em um ambiente universitário é rotineiro e encorajado; em uma corporação policial, um valor muito mais alto é dado à obediência sem questionamentos. Uma complicação a mais é a atitude que cada grupo comumente tem em relação ao outro, que em nosso país surgiu e intensificou historicamente após o Regime militar, assim descrito por Herman Goldstein¹⁰.

A policia, através de suas ações e pronunciamentos, quase sempre soa anti-intelectual e suspeitosa em relação aos acadêmicos. O pessoal das universidades quase sempre tem desprezo pela policia e a trata como se ela fosse inferior. As duas atitudes alimentam-se mutuamente: a atitude intelectual esnobe dos acadêmicos fornece justificativas pra a atitude anti-intelectual da policia, e as ações e pronunciamentos da policia fornecem justificação continua pra o desprezo que os intelectuais sentem por ela.

A polícia vê os acadêmicos como interessados meramente em novos dados e descobertas que vão levar à publicação e reconhecimento no mundo acádêmico. Ela se vê como funcionários assediados, famintos por assistência para lidar com seus problemas cotidianos opressivos, mas não recebendo tal assistência.

As polícias olharam na direção das universidades com a expectativa de que pessoas mais educadas e com bases mais abertas que as dela tivessem melhores soluções para os problemas policiais, apenas para descobrir que essas pessoas não estão de imediato disponíveis. Ela rapidamente descobre que as universidades não são simplesmente estoques de todo o conhecimento e de todas as soluções para os problemas atuais, capazes de fazer a entrega no momento da notificação. Ela também descobre que a qualidade do trabalho acadêmico varia muito. Para as universidades serem úteis à polícia, os interesses das duas devem comprometer-se entre si. Elas precisam construir um relacionamento por um longo período de tempo, definindo os problemas e trabalhando juntas na direção das soluções, como descreve Goldstein¹¹.

¹⁰ GOLDSTEIN, Herman, 1931 – Policiando uma Sociedade Livre/Herman Goldstein; tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.P 373- (Série Polícia e Sociedade; n. 9/Organização: Nancy Candia)

¹¹ GOLDSTEIN, Herman. op. cit. p. 374.

Os acadêmicos precisam tornar-se intimamente familiarizados com a policia e suas necessidades. Eles devem associar-se diretamente a uma agência de polícia e seu pessoal. E ter vontade de se envolver em pesquisa aplicada. A policia, por outro lado, deve familiarizar-se com as ferramentas e as capacidades dos acadêmicos.

Entendemos que uma grande parte desta responsabilidade para iniciar esse tipo de relacionamento está com a polícia. Se ela espera ganhar qualquer coisa das universidades, precisa começar obtendo um comprometimento maior dentro de suas respectivas corporações para investigar suas próprias operações — sua eficácia e também sua eficiência. Um interesse em mudança e inovação continuamente perseguido e com profundidade suficiente levará inevitavelmente ao maior envolvimento das universidades.

Enquanto as alianças entre a polícia e os acadêmicos se desenvolvem, cada parceiro terá de fazer concessões para os diferentes problemas que o outro encara. Os pesquisadores que devem encontrar condições especificas que restringem suas investigações ou que temem fazer uma perguntou ou revelar uma descoberta que vá destruir sua relação com a polícia não vão querer fazer tais pesquisas. Mas, da mesma forma, administradores de policia que sentem que a pesquisa vai ser conduzida de forma interferir em suas operações, ou cujos resultados podem ser usados de maneira a criar problemas desnecessários, compreensivelmente vão resistir a participar dela.

Um Centro dentro de um sistema universitário poderia, ao servir como foco, facilitar muito o intercâmbio e estimular o trabalho adicional na área. Ele poderia dar à faculdade muito a oportunidade de trabalhar adicional na área. Ela poderia dar à faculdade a oportunidade de trabalhar problemas com a policia enquanto mantém uma base em sua disciplina correspondente. Isso acomodariam muitos acadêmicos com potencial para dar contribuições importantes ao campo policial, mas que não querem dedicar suas carreiras ao trabalho apenas nessa área.

Além de seu potencial para melhorar a eficácia da policia através de mais pesquisas, as universidades — especialmente as universidades estaduais — são desigualmente preparadas para divulgar descobertas de pesquisas e informações gerais para os profissionais e outros que possam

estar interessados no funcionamento da policia. Serviços de extensão universitária ajudaram muitos grupos de profissionais a melhorar sua capacidade de trabalhar efetivamente e de se manter informados sobre os mais novos acontecimentos em suas áreas. Em qualquer esquema geral para maximizar os benefícios a serem percebidos a partir dos contatos mais próximos entre a policia e a educação superior, o papel dos serviços de extensão não deveria ser esquecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão almejada neste novo paradigma remete-nos a um compromisso com a preparação de um profissional ativo, crítico, consciente e capaz de se posicionar como "sujeito" no exercício de sua função. É imprescindível que esteja preparado para uma inserção social, de onde retire subsídios para a construção e ou reconstrução do conhecimento, em sua área de trabalho. Também, que saiba analisar o contexto e as diferentes situações, para valorizar-se e valorizar seu próximo, de acordo com os princípios da solidariedade, da ética e da cidadania. Ao compreender a realidade que o cerca poderá se posicionar com firmeza na sua atividade policial, atuando, mas efetivamente.

O processo em questão proporcionou mudanças significativas que objetivou proporcionar aos Sargentos PM os conhecimentos básicos necessários ao desempenho de suas funções nas Unidades Operacionais, administrativas, Polícia Judiciária e de ensino da tropa, construindo novos conhecimentos através do desenvolvimento das atividades em sala de aula, de acordo com o perfil, habilidades e competências definidas na Proposta Político Educacional dos Profissionais da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

Após o término do trabalho conclui-se que os objetivos foram alcançados e que houve uma grande contribuição da parceria da Universidade Federal na formação Sargento realizado em 2004. O processo proporcionou mudanças significativas que objetivou proporcionar aos Sargentos PM os conhecimentos básicos necessários ao desempenho de suas funções nas Unidades Operacionais,

administrativas, Polícia Judiciária e de ensino da tropa, construindo novos conhecimentos através do desenvolvimento das atividades em sala de aula, de acordo com o perfil, habilidades e competências definidas na Proposta Político Educacional dos Profissionais da Secretaria de Justiça e Segurança Pública -Cuiabá.2003. p. 28.

Ao final concluímos que a realização do 10° CFS realizado em parceria com a UFMT/FAECC proporcionou uma grande contribuição para Instituição Polícia Militar, onde seguindo os requisitos de acordo com a Política Educacional da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), buscou a construção de habilidades e competências básicas que darão suporte as ações a serem desempenhados pelos profissionais, não perdendo de vistas os anseios da sociedade frente ao modelo de policia almejado e as funções precípuas constantes de normas e regulamentos próprios.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.Promulgada em 05 de outubro de 1988.Organização do texto por Juarez de Oliveira.4. ed.São Paulo: Saraiva.1990. 168 p. (Serie Legislação Brasileira)

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.**

ELIAS, Nildo Dionísio - O Fortalecimento das Instituições de Ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: Excelência na atividade preventiva do Policiamento — Cuiabá, 2002.

GOLDSTEIN, Herman, 1931 – **Policiando uma Sociedade Livre/** Herman Goldstein; tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.- (Série Polícia e Sociedade; n. 9/Organização: Nancy Candia).

LIMA JUNIOR, Ernesto Xavier - O Sistema de ensino da polícia militar de Mato Grosso:estrutura física e organizacional do Centro Integrado de Ensino da Polícia Militar de Mato Grosso - CIEPMMT – Várzea Grande:APMCV, 2005.

MATO GROSSO. Lei nº 6.388, de 03 de Janeiro de 1994. Lei de Ensino. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

MATO GROSSO. POLÍCIA MILITAR.ACADEMIA DE POLICIA MILITAR.Projeto Político Pedagógico da Academia de Policia Militar.APMMT,2003.

MATO GROSSO.Polícia Militar.Normas e Planejamento de Conduta de Ensino PMMT – NPCE 2004.

MATO GROSSO. Política de Formação e Capacitação para os Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso. Construindo sua Profissionalização Uma Proposta. 2004.

MATO GROSSO.SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.Política Educacional dos Profissionais da Segurança do Cidadão.Cuiabá.2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão.Brasília,SENASP,2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Plano Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Convênio nº 042/1993. Convênio que entre si Assinam a Fundação Universidade Federal de Mato

Grosso e Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Objetivando a elaboração e a execução de projetos nas áreas sociais, de pesquisa, da educação e da cultura. Cuiabá, FUFMT, 1993.